

A REVISTA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE DISPUTA E LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO: convergência na divergência de ideias (1925-1927)

Revista Escolar as a space for dispute and legitimation of discourse:
convergence in the divergence of ideas (1925-1927)

La Revista Escolar como espacio de disputa y legitimación del discurso:
convergencia en la divergencia de ideas (1925-1927)

RODRIGO PEREIRA DOS ANJOS DA SILVA^{1*}, MARIA RITA DE ALMEIDA TOLEDO²

¹Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. ²Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: rodrigokarbono14@gmail.com.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a fórmula editorial da Revista Escolar (1925-1927), financiada pela Diretoria Geral de Instrução Pública de São Paulo, para compreender os deslocamentos do modelo de leitura e de formação debitária da reconfiguração dos debates educacionais, na década de 1920, empreendidos pela e na comunidade imaginada dos educadores paulistas. Conclui-se que a Revista fazia circular divergências sobre a política educacional e convergências sobre a política sanitária em São Paulo.

Palavras-chave: educação paulista; materialidade do impresso; debate educacional; periódico escolar.

Abstract: The main objective of this article is to analyze the editorial formula of Revista Escolar (1925-1927), financed by the General Directorate of Public Instruction of São Paulo, to understand the shifts in the reading model and debt formation of debates about educational reconfiguration in the 1920s, undertaken by and in the imagined communities of São Paulo educators. It is concluded that the *Revista* circulated divergences on educational policy and convergences on health policy in São Paulo.

Keywords: paulista education; materiality of printed material; educational debate; revista escolar.

Resumen: El objetivo principal de este artículo es analizar la fórmula editorial de la Revista Escolar (1925-1927), financiada por la Dirección General de Instrucción Pública de São Paulo, para comprender los cambios en el modelo de lectura y la formación de deudas de la reconfiguración de los debates educativos de la década de 1920, emprendidos por y en las comunidades imaginadas de educadores paulistas. Se concluye que la Revista difundió divergencias sobre política educativa y convergencias sobre política de salud en São Paulo.

Palabras clave: educación paulista; materialidad de la imprenta; debate educativo; revista escolar.

INTRODUÇÃO

A *Revista Escolar (RE)*¹ - 1925-1927 - faz parte de um conjunto de impressos reconhecido pela historiografia (Catani, 2003; Nery, 2009; Carvalho, 2003b) como aquele que deu contorno para o campo educacional paulista: *A Eschola Publica* (1893-1897), iniciativa de professores da escola modelo; *Revista do Ensino*, órgão da 'Associação Beneficente dos Professores Públicos do Estado' (1902-1918); a *Revista da Sociedade de Educação* (1923-1924); e *Educação* (1927- 1930). Para as historiadoras, junto com a instalação das escolas normais e primárias e com as associações de docentes (formados pelas novas instituições), esses periódicos produziram uma pauta de debates inerentes à construção do processo de escolarização do Estado de São Paulo e difundiram saberes e práticas, que, por sua vez, fomentaram a cultura escolar primária da rede desse estado.

Contudo, a *RE* é um periódico controverso. Os seus contemporâneos, sobretudo a geração que foi conhecida como escolanovista, atribuem às suas páginas o signo do retrocesso, do conservadorismo e da tradição que deveria ser superada. Para eles, a Revista defendia preceitos pedagógicos e práticas de ensino que deveriam ser modernizadas. A escola ativa, prescrita até então, não atendia mais aos avanços das Ciências da Educação, prejudicando os modos da formação docente e a renovação das aprendizagens necessárias para a formação dos cidadãos brasileiros. No centro da crítica estava justamente o modelo de leitura e de formação oferecido ao público destinatário: páginas e páginas de lições e de modelos de lições a serem copiados (Azevedo, 1937). Já para os historiadores que se dedicaram à *RE* não havia em suas páginas apenas a tradição da escola paulista e seus modelos de lição; havia também autores e teorias da educação defendidas pela nova geração de educadores (Nery, 1993), assim como todo o novo corolário instituído pelas novas teorias da *Hygiene*, apoiado nos desenvolvimentos das ciências médicas (Silva, 2019).

Nossa abordagem, os impressos são tomados como objetos culturais na sua forma material: a *RE* é problematizada como produto de práticas sociais determinadas, seja pelas condições técnicas de sua produção, seja pelas regras sociais que ordenam os regimes discursivos. A materialidade da *RE* é marcada pelos processos técnicos e industriais empregados em sua produção e edição. Esses processos estão implicados nas regras das trocas econômicas (são mercadorias) determinadas pelas condições de seu tempo e pelas regras sociais e simbólicas da cultura escriturária (do bem escrever, do decoro e das classificações de gênero dos textos, entre outras) conforme o destinatário idealizado pelos seus produtores (autores e editores) (Hansen, 2019).

¹ Considera-se que a ortografia original faz parte dos dispositivos tipográficos do próprio impresso e, por essa razão, a escrita dos textos citados não será atualizada.

Nos moldes de Carvalho e Toledo (2007), a materialidade passa a ser uma das dimensões centrais da operação historiográfica e da crítica documental realizada por este estudo: os discursos são examinados a partir das formalidades práticas de sua produção, de sua circulação e de suas possíveis apropriações. Nessa perspectiva, problematiza-se os múltiplos dispositivos materiais por meio dos quais os discursos como produtos culturais determinados circulam. No caso deste trabalho, sobre a educação, a escolarização, as formas de socialização das novas gerações, do bem ensinar, etc., os quais movem esta investigação no âmbito de uma arqueologia dos objetos culturais (Carvalho, 2003b).

Os impressos periódicos - como a *RE* - ou as coleções de livros estabelecem, desde o seu lançamento, uma fórmula editorial (padrão editorial), organizada por dispositivos textuais e editoriais, à qual submetem os textos escolhidos para compor o seu plano editorial (Toledo, 2020). Desse padrão, fazem parte a cobertura (capa, lombada, quarta-capa) do periódico, a estrutura interna (estabelece-se um modelo sob o qual os textos publicados são submetidos) e as estratégias de divulgação (Toledo, 2020). Essa fórmula, de um lado, constitui a identidade do próprio objeto impresso e, de outro, as estratégias editoriais mobilizadas delimitam fronteiras entre campos de saberes. Além disso, operam a inclusão e a exclusão de autores, prescrevem a localização de títulos em diferentes campos de conhecimento, prescrevem ou censuram práticas culturais - seja no âmbito escolar, seja nas esferas das sociabilidades políticas e sociais extra-escolares, bem como situam o seu público no espaço de leitura que desenham (Toledo, 2013).

AS REVISTAS PEDAGÓGICAS E A REPÚBLICA

Na descrição que faz da vida cultural da cidade de São Paulo do fim do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX, Cruz (2000) ressalta que os espaços coletivos das elites letradas ampliam-se: associações recreativas e literárias, beneficentes, esportivas, instrutivas e também as de ofícios se expandem. Esses espaços coletivos, antes quase exclusivamente masculinos, se diversificam. Essa ampliação se deve ao aumento significativo das artes gráficas na cidade, que passam a oferecer serviços mais baratos e com maior qualidade. Além disso, há a estruturação e a regularização dos serviços de correios e telégrafos, proporcionadas pelo desenvolvimento das vias férreas, que permitiu, de modo estável, a distribuição dos impressos, incluindo a sistematização dos serviços de assinatura. Ainda, é nesse período que algumas casas livreiras abrem as portas e apoiam a distribuição da imprensa periódica, multiplicando os circuitos de acesso aos materiais impressos (Cruz, 2000).

O processo de estruturação dessa rede de produção possibilitou a multiplicação de produtos: livros; coleções; periódicos (ilustrados, literários, especializados nos ofícios, na política, ou na economia); folhinhas; almanaques; folhetos; jornais (da

grande imprensa ou da minúscula); e uma diversificação de cadernos para escrever (com pautas, para caligrafia, quadriculados, para contabilidade, etc.) (Cordova, 2016). Esse aumento do material impresso indica a diversidade de leitores (e de escritores) e as estratégias de busca de novos mercados, como os para crianças, mulheres, operários, entre outros grupos que ainda não estavam completamente inseridos na cultura letrada. Essa ampliação de possibilidades também foi acompanhada pela difusão de representações cada vez mais hegemônicas que “[...] associavam o livro/leitura e a escola a atitudes simbólicas e mentais que permitiriam o progresso do país, seja como práticas civilizatórias, seja como práticas disciplinares e de controle cultural” (Carvalho & Toledo, 2021, p. 13).

É nesse esforço que se articula a invenção de uma nova comunidade imaginada² (Anderson, 2008): a dos professores primários. Nesse sentido, o debate sobre as estratégias de recrutamento e de formação dos novos profissionais do ensino da cultura difundida pela escola (agora professores no lugar de mestres-escola) se instaura, por vezes, com consensos, por vezes, com acirrados dissensos. Isso vale também para os modelos de escolas normais, assim como para as práticas a serem difundidas, as quais, no limite, fabricariam a identidade dessa nova classe de profissionais e pautariam o debate político (por exemplo, na Assembleia Legislativa) e o debate do nascente campo educacional (Carvalho & Toledo, 2021).

Os impressos produzidos por essa e para essa corporação de ofício passaram a ser instrumentos fundamentais de intervenção na ordenação da nova comunidade imaginada, delineando a força das representações em disputa sobre os seus traços, as suas práticas e os seus saberes e identidades. Os impressos vão produzir e difundir o léxico/jargão (seja o conjunto conceitual, seja o conjunto de máximas ou frases de efeito) dessa comunidade, assim como os seus problemas, os seus objetos e a sua ética. Como lembra Carvalho (2003b, p. 104), “[...] o impresso funcionará como dispositivo de regulação e adequação do discurso e da prática pedagógica do professorado”.

Para De Certeau (1998), os produtores de textos têm como referente a ideia de que o leitor é produzido pelo texto. Esse corolário está presente nas políticas de investimento da produção de impressos, as quais pretendem moldar o leitor para determinadas políticas e práticas. Por isso, outra tarefa atribuída às muitas revistas

² Empréstimo-se a expressão ‘comunidade imaginada’ de Benedict Anderson. O autor se debruça sobre os processos históricos de engendramento das noções de nação e nacionalismo que se instituem. Para ele, a produção dos impressos periódicos é uma importante engrenagem do motor da ‘imaginação’ que constitui uma comunidade. O empréstimo do termo se justifica na medida em que o professor primário, por um lado, é representado como um dos agentes institucionalizadores da nação e da civilização; por outro, porque o ofício é instituído a partir da delimitação de saberes e práticas especializadas assim como de um território (identitários) daqueles que estão autorizados a ensinar eficientemente escrever-ler-contar (e a nação); excluindo uma larga gama de outros agentes que até então eram responsáveis pela transmissão desses saberes. Anderson lembra que: “[...] na verdade, qualquer comunidade maior que uma aldeia primordial do contato face a face (e talvez ela mesmo) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (Anderson, 2008, p.33).

pedagógicas foi a de usá-las para apoiar a formação de professores. Essas revistas usaram as suas páginas como um general usa sua tropa em guerra, ou seja, operando num campo em disputa, beligerante e hostil, dando vazão às ideias e ao pensamento de quem as elabora (Silva, 2019).

Por isso, é preciso analisar essas iniciativas impressas de modo articulado às políticas de instalação de escolas primárias e normais no Estado de São Paulo. Conforme Carvalho, os primeiros republicanos paulistas, que promoveram a institucionalização da escola primária no Estado nas décadas de 1890 e 1900, apropriaram-se de concepções da ‘pedagogia moderna’: uma ‘pedagogia prática’, na qual ‘ensinar a ensinar’ é fornecer ‘bons moldes’ (Carvalho, 2001, 2006). Assim, adotaram as estratégias da ‘visibilidade de práticas exemplares’, que garantiriam a difusão e a impregnação do modelo do bem ensinar. Para a autora, foram adotados inúmeros dispositivos de propagação e de implantação de ‘bons moldes’, sempre com a intenção de fabricar as novas práticas de sala de aula, as quais seriam moldadas sob os supostos preceitos da ‘pedagogia moderna’. Ainda, para Carvalho, entre as estratégias de formação docente, estavam as das demonstrações práticas da ‘arte de ensinar’, exibidas nas escolas modelo e na divulgação impressa de modelos ou planos de lições em livros e revistas dirigidos a professores (Carvalho, 2006).

De acordo com Carvalho, o “[...] sucesso da política de institucionalização da escola republicana foi, a partir de 1911, largamente dependente do que definiu Hilsdorf como tradicional sistemática capilar da organização do ensino” (Carvalho, 2006, p. 19). Os saberes e as práticas cultivadas nas escolas normais secundárias eram disseminados para as escolas normais primárias e complementares e, dessas, para as escolas modelo, grupos escolares e escolas isoladas estrategicamente espalhados na capital e no interior, formando uma rede complexa de implantação do modelo da moderna pedagogia (Hilsdorf, 1998). “A capilaridade desse sistema de organização escolar foi reforçada, sem dúvida, pelas inúmeras iniciativas editoriais de propagação de saberes e modelos pedagógicos que esses profissionais tomaram, editando revistas e publicando livros e artigos” (Carvalho & Toledo, 2021).

É com o sistema engendrado pelas instituições e pelos impressos que se constrói, desde as primeiras gerações de egressos da Escola Normal Paulista, a mística de uma missão: a corporação de ofício deveria funcionar em uníssono e sintonizada com a transmissão dos saberes e das práticas referidas aos preceitos da ‘moderna pedagogia’ tal como era entendida (Carvalho, Barreira, & Nery, 2010). O novo ofício, que nascia com a institucionalização das credenciais da escola normal, deveria impor as suas representações sobre o bem ensinar, traçando a diferenciação entre os que possuíam

saberes técnicos e eficientes e aqueles mestres-escola que ainda exerciam a sua profissão sem ter passado formalmente por essa instituição (Carvalho & Toledo, 2021)³.

A missão de transmitir os conhecimentos requeridos pela civilização em processo no Brasil, assim como a eficácia de práticas, sempre referida à ‘pedagogia moderna’, constituíam as fronteiras do território da comunidade imaginada dos novos professores primários. Nesse sentido, os modelos bem executados separariam os bons dos maus profissionais. Esses modelos, além do jargão da nova profissão, circularam por meio das revistas especializadas produzidas por e para a corporação.

Consoante Carvalho, o modelo inventado por esses impressos pode ser chamado de ‘caixa de utensílios’ (Carvalho, 2001, 2006). Duas revistas são diretamente debitárias da fórmula editorial da ‘caixa de utensílios’, pois inventaram a tradição do modelo de leitura da comunidade paulista de professores: *A Eschola Publica* (1893-1897), que foi uma iniciativa de professores da escola modelo; e a *Revista do Ensino*, órgão da ‘Associação Beneficente dos Professores Públicos do Estado’, (1902-1918).

Na configuração material desses impressos estão a relação com as “[...] regras culturalmente enraizadas que compunham a crença dos republicanos paulistas no impacto renovador do que era entendido e proposto como pedagogia moderna [...]”; e a materialidade, que foi composta por todo um “[...] repertório de saberes que se ordenam e se dispõem como ferramentas de organização da escola em moldes compatíveis com essa pedagogia” (Carvalho, 2001, p. 144). Segundo Carvalho, estão impressas nas páginas desses periódicos:

[...] a crença na eficácia incontestes dos processos de ensino intuitivo; concepções acerca da natureza infantil formuladas nos marcos de uma psicologia das faculdades mentais; a aposta na pedagogia moderna como corpus de saberes e de instrumentos metodológicos aptos a viabilizar a escola de massas, organizando o ensino simultâneo em classes numerosas (Carvalho, 2001, p.146).

Como há muito se sabe, a autonomia do ofício docente também se dá pela independência que seus sujeitos adquirem com relação ao Estado (Nóvoa, 1991 apud Boto 2018; Catani, 2000). Por isso, os seus porta-vozes serão avalizadores (ou críticos) das políticas educacionais das quais são contemporâneos, criticando o ritmo e a eficácia dos processos de difusão da educação e da ação governamental. Nesse sentido, produzem leituras sobre o presente-passado da república, estabelecendo o horizonte de expectativas do sucesso do ofício de professores, que está inscrito, nesse caso, no próprio sucesso do processo civilizador da nação. Os redatores da *Revista de Ensino* se

³ Vesentini e Lugli denominam essa formação de mestres como ‘modelo artesanal’. De todo o modo, são necessárias investigações mais sistemáticas sobre a trajetória dos mestres-escola nos séculos XVII e XIX. (Vesentini & Lugli, 2009).

colocam como herdeiros dos autores da revista *Eschola Pública* (1893 e 1897), ‘1º periódico dos docentes formados no ofício’, como agentes da reforma Caetano de Campos e como fundadores de uma nova era na instrução dos paulistas (Catani, 2003). Do mesmo modo, a ‘Associação Beneficente do Professorado’ propunha-se herdeira e continuadora das tradições inventadas por aquela geração.

Portanto, estariam autorizados a denunciar a séria deficiência na formação de professores egressos das escolas complementares (Sousa, 1998), que se multiplicavam com a escassez de escolas normais no Estado. Esses professores mal formados assumiam a sala de aula sem o menor tirocínio dos saberes e das práticas do exercício do ofício. Para os redatores do impresso, as revistas se mostraram ferramentas importantes para sanar as deficiências dos novos profissionais, oferecendo aulas já prontas para esses novos professores (Catani, 2003); mas também como guardiãs da tradição dessa comunidade imaginada.

A *Revista de Ensino* denunciava, ainda, a falta de recompensas para uma profissão tão árdua e difícil, procurando valorizar o status da profissão junto à sociedade paulista (Catani, 2003). As políticas estatais erravam na falta de investimento quanto ao ofício. A comparação entre o ‘período áureo’ e a presente situação dos redatores da *Revista de Ensino* (1903-1918) autorizava as denúncias da falta de verbas, da má formação docente, do ritmo lento de implantação da escola graduada modelar e da falta de visão dos políticos, entre outros argumentos, permitindo que os neófitos adentrassem às escolas, tornando-as ineficazes e atrapalhando o ritmo de desenvolvimento da civilização (Catani, 2000).

No início da década de 1920, intensificam-se as críticas aos investimentos políticos na instrução pública paulista: a eficácia da escola para alfabetizar em grande escala as crianças em idade escolar (crise de método); a velocidade de expansão da rede escolar (alcance das salas de aula e de professores bem formados); e a eficácia política (engendradora da ordem e da disciplina, nacionalizando as populações operárias rebeldes) (Carvalho, 2003a).

Em 1914, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em uma crítica contundente ao governo de Rodrigues Alves, publica um Inquérito sobre a escola paulista, no qual inspetores e outras autoridades discutem a crise educacional do estado⁴. A voz dissonante do *O Estado* estava apoiada no movimento em prol da alfabetização, promovido pela Liga Nacionalista de São Paulo (Medeiros, 2005). Ainda, impactadas pelas greves operárias de 1917-18, as elites paulistas passaram a questionar o ritmo e os contornos das escolas herdadas do período áureo. Com a posse de Washington Luís (1920-24),

⁴ José Ribeiro Escobar, João Lourenço Rodrigues, Pedro Voss, Paulo Pestana, Ruy de Paula Souza, Antônio Rodrigues Alves Pereira, João Chrisóstomo, Arnaldo de Oliveira Barreto, João Pinto e Silva, Francisco Azzi, Ramon Rocca Dordal e Oscar Thompson: homens do alto escalão da Instrução Pública paulista (Bontempi Jr., 2007; Silva, 2019)

Sampaio Dória foi chamado para dar solução aos problemas da escola paulista. Carvalho sintetiza os marcos configuradores da Reforma de 1920:

Alçando o analfabetismo ao estatuto de ‘questão nacional por excelência’ e, por isso, priorizando a extensão da escola às populações marginalizadas, a Reforma capitalizava o que, na experiência do pedagogo, Sampaio Dória entendia ser a base de toda a aprendizagem, arriscando uma resposta pedagógica a um desafio político. Convencido do método de intuição analítica aliava a essa fórmula os objetivos de moralização e vigorização da raça da Liga Nacionalista de São Paulo (Carvalho, 2003a, p. 230).

No entanto, a nova configuração da escola alfabetizante — dois anos obrigatórios e dois optativos — desencadeou uma forte resistência, sobretudo, por parte dos ‘especialistas em educação’, que apresentaram argumentos técnicos contra a estrutura da Reforma. Sampaio Dória permanece à frente da Instrução Pública entre abril de 1920 e maio de 1921, sendo substituído por seu auxiliar, Guilherme Kuhlmann. A reforma foi criticada e denunciada por vários flancos, o que legitimou a sua desconfiguração.

Carlos de Campos, eleito em 1924 como governador de São Paulo, apresenta-se como aquele que poderia restaurar as tradições da escola paulista desarranjadas por Washington Luís/Sampaio Dória. Nessa direção, os conflitos entre os educadores se espicaçam ainda mais. Voss assume a Diretoria da Instrução Pública propondo uma nova reforma, da qual a *RE* é porta-voz.

A crítica à ‘escola alfabetizante’ de Dória indicia uma nova configuração de posições teóricas no campo educacional no que diz respeito aos significados da ‘pedagogia ativa’ e, por consequência, ao próprio significado da ‘gloriosa escola paulista’, até então considerada moderna e modelar (Carvalho, 2003a). As convicções da comunidade imaginada dos educadores paulistas começam a ser colocadas em questão, graças ao debate internacional sobre as novas pedagogias/teorias da psicologia infantil e a novos atores. Mas, também por conta da clara ampliação da noção de educação em direção aos professores secundários.

Esse debate incide sobre os significados dos modelos de lição da arte de bem ensinar e de seus preceitos (a psicologia das faculdades mentais), assim como sobre a eficácia do modo como esses saberes vinham sendo apresentados aos professores, seja nas escolas normais, seja nos periódicos especializados (Carvalho, 2000). O debate foi apresentado aos leitores pelas páginas da grande imprensa, por meio de veículos como os jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*. Assim, tomou corpo na nova associação fundada por antigos e novos nomes do campo educacional, a Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931) (Nery, 2009).

Se a *RE* foi fruto do posicionamento imediato do novo Governo em relação ao passado glorioso da escola paulista e de sua tradição, também foi estratégia de intervenção para fomentar novos significados da aliança entre a higiene e a escola. Tanto é assim, que Campos promulga a reforma da Instrução em 11 de julho de 1925, Reforma Pedro Voss, e logo no mês seguinte, promulga a reforma do Código Sanitário, Reforma Paula Souza. Nessa direção, como sugere Nery (1993), a própria revista tinha anseios de renovação⁵, já que convergia com a renovação de temas e de questões que sacudiam o campo educacional, como a ‘higiene’ e seus efeitos civilizatórios.

Com a análise da materialidade da revista, é possível perceber que a nova geração de educadores investiu no dissenso e atribuiu a imagem de ‘inimigos da política’ para a geração de Pedro Voss, porque ela representava a ‘velha educação’. O ‘velho’ e o ‘novo’ passam a ser o mote da disputa entre os considerados herdeiros do ‘velho modelo’ da escola paulista (Pedro Voss, João Toledo, Guilherme Kuhlmann, entre outros) e os ‘renovadores’ da educação (Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, entre outros), aliados aos princípios escolanovistas⁶. Nesse binômio que se processaria ao longo dos anos de 1920, os educadores críticos ao ‘modelo de lições de coisas’ da ‘pedagogia moderna’ atribuíam ao governo Carlos de Campos a defesa do ‘conservadorismo educacional’, que, por sua vez, era signo da ‘república oligárquica carcomida’. O passado é reavaliado pela nova geração a partir da ideia de sua superação. A tradição ganha contornos negativos e sinaliza o descompasso republicano.

A *RE* NA SUA MATERIALIDADE

A *RE* teve uma vida efêmera. A publicação teve início em janeiro de 1925 e editou o último número em setembro de 1927, totalizando, 33 exemplares de periodicidade mensal. A impressão era feita pela tipografia Siqueira, estabelecimento comercial que prestava serviços para o governo do Estado, editando, por exemplo, os Anuários de Ensino deste Estado de São Paulo (Razzini, 2006) e livros escolares.

Diferente dos periódicos *A Escola Publica*, *Revista de Ensino*⁷ e a *Revista Educação*, (da Sociedade de Educação), os quais receberam subsídios do governo, a *RE*

⁵ Ana Nery (1993) na sua dissertação de mestrado vai defender a ideia de que a *RE* não só tinha anseios escolanovistas como circulou em suas páginas ideias da referida corrente de pensamento.

⁶ A demarcação do campo educacional entre ‘novo’ e ‘velho’ pela nova geração de educadores, forjou a ideia ainda discutida na historiografia atual de que neste embate havia de um lado o grupo que defendia a escola velha da República, caracterizada como velha e ultrapassada em contraposição à escola nova, marcada pelo repensar educacional. Em função desse modelo, a ideia de fluidez entre estes educadores na década de 1920 ficou reduzida, o que levou diversas pesquisas a construírem suas interpretações a partir desta ótica. Outra herança desse período foi a interpretação e importância que deram para esses educadores, sobretudo ao movimento da escola nova, levando-os quase que à condição de mártires da educação.

⁷ Sobre a *Revista de Ensino*, o Estado contribuiu financeiramente com ela, todavia houve períodos em que cessava a contribuição, sobretudo quando a revista tecia críticas aos líderes políticos (ver Catani, 2003).

foi oficializada como porta-voz da Diretoria e transformou-se em rubrica de gastos do orçamento paulista, garantida pela Lei 2.182-C de 29 de dezembro de 1926⁸. O financiamento à revista evitou certas complicações de editoração, como aconteceu no primeiro semestre de 1925, momento em que o Tribunal de Contas do Estado negou duas vezes o crédito no valor 3:500\$000 para a *RE*, mas também indicou a sua importância como estratégia de Pedro Voss para a irradiação das ideias propostas por sua gestão⁹. Em todo o caso, o investimento público garantiu a regularidade da publicação assim como a sua forma material.

Além do contato que os professores do Estado de São Paulo tinham com a *RE* por meio das doações que a *Directoria* fazia para as bibliotecas escolares, eles podiam adquirir o novo periódico através de assinaturas descontadas diretamente de seus ordenados. Essas assinaturas poderiam ser anuais ou mensais, com valores de 20\$000 réis e 10\$000 réis. Os números poderiam ainda ser adquiridos de modo avulso (2\$000 réis), como aparece nesta segunda capa (Figura 1).

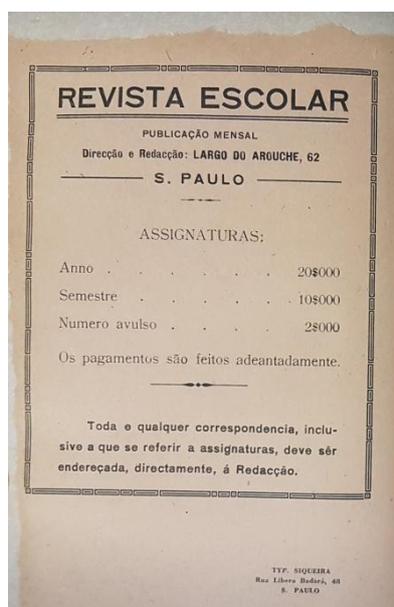


Figura 1 - Contracapa de um exemplar da Revista Escolar.
Fonte: Revista Escolar (1926c, verso da capa).

No formulário de assinatura da *RE*, documento que conclamava os professores a se tornarem assinantes do periódico, destacava-se que a linha editorial privilegiava a colaboração dos professores na ativa: uma revista de professores pensada para professores. O primeiro editorial descrevia o conteúdo do periódico: “Ella aguarda, pois, com prazer, collorações de character didatico, informações pedagogicas, instruções, esclarecimento, enfim todo e qualquer trabalho que se harmonize com a

⁸ A lei Lei 2.182-C foi publicada pela Secretaria de Estado dos Negocios do Interior em 3 de Janeiro de 1927. Recuperado em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1926/lei-2182C-29.12.1926.html>

⁹ Esta notícia foi publicada no jornal *A Gazeta* em 09 de julho de 1925.

sua natureza e os seus fins” (Revista Escolar, 1925a, p. 1). Para tanto, as matérias eram assinadas por professores em atividade, mas a Revista também apresentava ‘colaborações’ de renome e autoridades da época, como inspetores gerais, pensadores nacionais e estrangeiros, além de autoridades médicas. Ademais, o periódico publicava documentos oficiais (Silva, 2019)¹⁰.

Do início da publicação até o fim, em setembro de 1927, a *RE* procurou manter as mesmas seções, passando apenas por pequenas mudanças tipográficas após os investimentos públicos oficiais, como a diagramação das letras, molduras para destaque no nome e desenhos nos subtítulos das seções. Essas alterações lhe davam feição mais sofisticada (figura 2). As seções permanentes eram ‘Lições de Coisas’, ‘Lições Práticas, Literatura Infantil’ e ‘Questões Geraes’, que estiveram presentes em todos os números consultados, bem como as seções ‘Pedologia, Methodologia, Vultos e Fatos, Noticias, Escotismo, Secretaria do Interior, Cantos Escolares, Nos Arraes do Ensino, Educação Physica, Livros e Revista etc.’ e ‘O Folk-lore nas escolas’; já as seções ‘Pelas Escolas, Diretoria Geral, Jogos Escolares, Página da Criança, Instrução Publica, O ensino em São Paulo, Resenha Pedagógica e Trabalhos Manuais’ nem sempre foram publicadas (Silva, 2020).

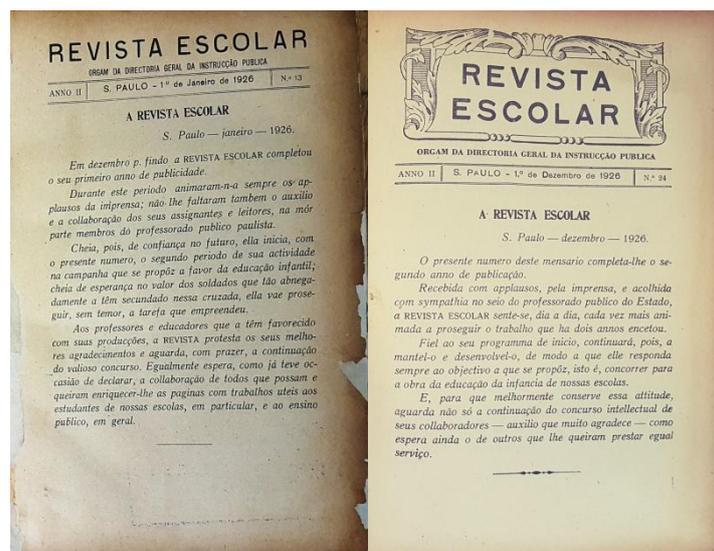


Figura 2 - Folha de rosto e editorias de dois exemplares da Revista Escolar.
Fonte: Revista Escolar (1926c, p. 2, 1926d, p. 2).

No editorial de dezembro de 1925 (Revista Escolar, 1925f), os editores deixam entrever uma representação de leitor destinatário, o que reforça e, em parte, justifica o modelo de leitura adotado pelo periódico:

¹⁰ A lei de nº 2.095 de 24 de dezembro de 1925, que aprova o Decreto nº 3.858 de 11 de junho de 1925 (Reforma de Pedro Voss) foi publicada na íntegra na Revista Escolar do mês de fevereiro de 1926.

Em suas LIÇÕES DE COISAS e LIÇÕES PRATICAS não alimenta, como muitos tem parecido, a velleidade de forçar o professor á abdição dos seus processos de ensino, tornando-se um méro repetidor. Nem tal seria concebível, porquanto, dado mesmo que essas lições constituíssem modelos sublimados de perfeição, ainda assim não escapariam á subjectividade inherente a cada educador - subjectividade a que ellas fatalmente devem subordinar-se soffrendo, por consequencia, modificações em sua fórmula em sua estrutura.

Mas, então, para que registal-as nas paginas da REVISTA

‘Para, unica e exclusivamente, offerecer ao neophyto no magistério aquillo que a exiguidade de tirocinio ainda não lhe approuve proporcionar; para fazer madrugalar-lhe no espirito essa pratica que sómente se adquire após longos annos de experiencia’; para que esse professor a adquira, emfim, com relativa brevidade, em beneficio proprio e, sobretudo, em pról das crianças a elle confiadas (grifo nosso).

Já no editorial de novembro de 1925, é possível capturar a expressa representação de ‘criança’ que a revista fazia circular. Nesse editorial, a revista comenta os problemas do cinematógrafo nas salas escolares. Na visão dos editores, esse meio de comunicação poderia prejudicar as crianças, pois “[...] nas representações dramáticas proporcionadas pelos cinematógrafos ás crianças, o que mais as attráe, o que mais as emociona e empolga não são os rasgos arrojados de nobreza ou de virtude, mas os lances impetuosos de vingança, os gestos de ódio e quejandos facto da vida” (Revista Escola, 1925b, p. 2). Nessa direção, a *RE* entende a criança como um ser que não consegue distinguir o que é bom do que é ruim, o virtuoso do vício. Ou seja, a criança é um ser que necessita de alguém para conduzi-la dentro da moral vicejante. A revista mantinha, assim, posições vinculadas à psicologia e à moral que davam corpo à ‘pedagogia moderna’ e à tradição do ofício.

A colaboração dominante de professores aparecia nas seções ‘Lições Praticas’ ou ‘Lições de Coisas’ e adotava a fórmula dos modelos de lições tão conhecidas dos professores primários. Ainda, é importante frisar que a seção ‘Lições Praticas’, que ocupava sempre as primeiras páginas da revista, logo na sequência do editorial, a partir de agosto de 1926, passou a ser a segunda seção, dando lugar para a seção ‘Questões Geraes’; enquanto ‘Lições de Coisas’, outra seção de planos de aula, passou a figurar mais para o final da revista, convidando o leitor a folhear boa parte da revista.

Sobre a autoria dos textos e das aulas publicadas, a *RE* apresentou apenas alguns nomes, provavelmente nomes de pessoas que gozavam de certo prestígio ou reconhecimento no campo educacional, o que expressava a ideia da autoridade como autoria (Foucault, 1992). Foram 4 (quatro) autores que tiveram grande destaque, ou

melhor, uma circulação rotineira nos números da revista: o psicólogo Frederic Queyrat e o médico Henri Bouquet (intercalando-se na seção Pedologia), ambos de nacionalidade francesa; e os pedagogos Arnold Tompinks e Francis Parker (assinando *Methodologia* e *Palestra Sobre Ensino* respectivamente), ambos de nacionalidade estadunidense. Além deles, a Revista publicou de forma esporádica textos de personalidades como Monteiro Lobato, Cecília Meireles, Decroly, Tolstoi, Fernando Pessoa, entre outros.

Além desses autores, a *RE* fez circular textos sem autoria, que compunham majoritariamente as seções ‘Lições de Coisas’ e ‘Práticas’. Provavelmente, esses textos eram as contribuições dos professores incluídos na comunidade imaginada estabelecida pelo próprio periódico e apareciam como resposta aos pedidos de colaboração aos assinantes. Como não há informações sobre esses textos, não é possível identificar de quem são e de onde vieram.

A circulação de textos versando sobre psicologia, medicina e educação colocava a revista num patamar importante no cenário educacional, pois mostrava aos assinantes o quanto a revista estava dialogando com as discussões atuais no campo da educação, sobretudo no campo médico, haja vista as grandes descobertas que a psicologia e a medicina estavam fazendo sobre a criança naquele momento e as parcerias que a educação estabelecia com a saúde: professores e o instituto de Higiene de São Paulo; Reforma de Pedro Voss e Reforma de Paula Souza.

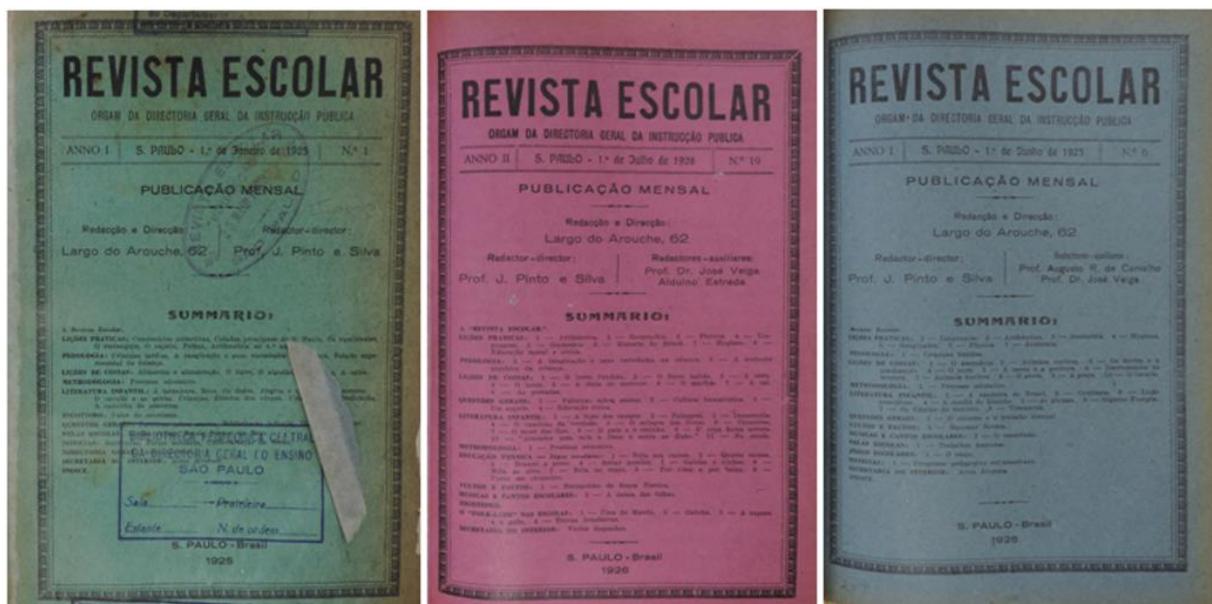


Figura 3 - Capa da Revista Escolar (Revista Escolar, 1925-1927).
Fonte: Revista Escolar (1925a, 1926f, 1925c).

A cada número, a capa e a quarta capa do periódico eram apresentadas numa cor diferente (figura 3). Não houve nas páginas da *RE* propaganda ou anúncios¹¹, que era um fato comum nas demais revistas subsidiadas pelo Estado. O periódico também continha fotografias: nos 33 exemplares, aparecem 87 fotos, cerca de 3 fotos por número. A seleção das imagens apresentava um significado particular e intencional por parte dos editores. A seção ‘Vultos e Fatos’, presente em 31 dos 33 exemplares, editou 24 imagens/fotos de personalidades brasileiras. Esse dispositivo fazia clara referência à seção ‘Pantheon Escolar’ da já citada revista *A Escola Publica* (1893 -1897), reafirmando a herança da tradição paulista contida nas políticas de Pedro Voss, que também fez parte da comissão de redação da *Escola Publica* (Catani, 2003). Segundo Catani (2003), *A Escola Publica* trazia em suas páginas uma homenagem a personalidades que a revista julgava admiráveis e dignas de imitação pelos professores e alunos, o que também ocorria na *RE*¹² (Nery, 2009).

A *RE* também fez circular inúmeras fotos de diferentes espaços escolares externos e internos, enfatizando a ‘monumentalidade da escola paulista’. Aulas de ginástica, educação física, escotismo, leitura em bibliotecas, entre outras, simbolizavam a atividade dos estudantes, ‘a ordem e a disciplina eloqüentes’, herdadas da Reforma Caetano de Campos. Logo, essas imagens, assim como o discurso em prol do modelo educacional paulista, procuravam reforçar os valores republicanos presentes no governo Carlos de Campos. Nesse ponto, é importante sinalizar que a *RE* procura elidir os problemas advindos da falta de recurso do Estado, apontados pelos críticos das políticas educacionais: eleva os tempos áureos e a tradição, reforçando as continuidades dos tempos inaugurais do ofício docente, instaurados pela República.

Como aponta Nery (1993), as ‘Lições de Coisas’ e ‘Lições Práticas’, reminiscência dos tempos áureos da República, eram centrais para a revista e foram publicadas em seus 33 números. É justamente essa fórmula que fica *sub judice* do grupo que criticava a velha geração. Para esses intelectuais, era importante oferecer aos professores discussões e reflexões filosóficas e não uma coleção de aulas prontas. Sobre isso, manifestou-se Lourenço Filho no inquérito organizado por Fernando de Azevedo em 23 de junho de 1926, nas páginas d’O Estado de S. Paulo:

Quanto à assistência técnica, louvo com o maior entusiasmo a ideia das medidas que a atual administração tomou a respeito, inspetores especializados e uma revista para professores. Se louvo a ideia, lamento, porém, com sinceridade, e não sem tristeza, a sua execução. A *RE* parece uma pilhéria proposital ou obra de sabotagem (Lourenço Filho, 1926).

¹¹ Em março de 1925, foi estampado na revista convite para anunciantes de livrarias, estabelecimentos de ensino, papelarias, casa de artigos e móveis escolares. No entanto, nunca apareceram propagandas.

¹² Sobre os editores da *RE*, João Pinto e Silva sempre esteve à frente da revista, todavia, houve momentos em que dividiu essa tarefa com Augusto R Carvalho, Jose Veiga, Alduino Estrada e Antônio Faria.

Como se vê, a crítica incide diretamente sobre o modelo da *RE* e a representação de leitor por ela instituída, pois, na visão de Lourenço Filho, o leitor não deveria ser tratado como ingênuo ou pacóvio no assunto. Se o jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) foi o espaço da crítica contra o pensamento da Diretoria de Instrução Pública¹³, Voss usou a própria *RE* como porta-voz das posições de seu governo. Logo após a publicação do Inquérito sobre a Instrução Pública, em junho de 1926, o editorial da *RE* de agosto (*Revista Escolar*, 1926a, p. 1), explicava aos seus leitores:

Quem quer que examine a actual refôrma da instrução publica entre nós, estudando-a á luz da crítica severa mas leal, dessa critica meticulosa em sua analyse, porém nobre pelo seu espirito constructor, verá que a ella presidiu um criterio elevado e seguro.

Dizer desse trabalho, em boa hora confiado á Directoria Geral da Instrucção Publica, analysal-o em todos os seus detalhes, seria obra de grande mérito, pois evidenciaria não só o zelo com que são tratados os assumptos relativos ao ensino em S. Paulo, como demonstraria a importancia que actualmente este ensino representa para a educação da infancia de nossas escolas.

Para tanto, porém, isto é, para provar a excellencia da reforma em questão, é sufficiente o simples exame de certas materias dos programmas em vigor, as quaes soffreram modificações tendentes á sua boa finalidade educativa [...]

Nesse mesmo exemplar, na seção ‘Instrução Publica’¹⁴, a revista publica uma mensagem do próprio governador Carlos de Campos, apresentando uma série de dados que mostraria como as análises de Azevedo, no Inquérito, estariam equivocadas e desinformadas. De acordo com Campos, “A ultima reforma da Instrucção Publica [reforma Voss] deu-lhe nova feição, sem com tudo, tirar-lhe a essência que a caracteriza desde os primeiros governos republicanos, que sempre a collocaram em situação de destaque e de maneira a satisfazer as necessidades do Estado” (*Revista Escolar*, 1926a, p. 56).

O governador ainda apresentou os dados numéricos que demonstravam a importância da reforma Voss para a organização das escolas. Segundo ele, a reforma permitiu “[...] o governo acompanhar a marcha das unidades escolares distribuídas pelo território do estado e ainda saber das necessidades regionaes, para melhor localização, supprimindo as desnecessarias ou creando novas fontes de ensino,

¹³ Vale lembrar que o OESP publicou em 1914 e em 1926 inquéritos educacionais contra o modelo de educação vigente.

¹⁴ Em todo o ciclo da *RE*, esta seção apareceu apenas 4 vezes, duas delas para falar do Decreto nº 3.858 (1925) (Reforma de Pedro Voss).

consoante o desenvolvimento dos núcleos de população” (Revista Escolar, 1926a, p. 57). Essa fala do governador, não só enaltece a reforma e a postura de Voss, como também combate as críticas que a mesma vinha recebendo.

O texto de Campos deixava expresso o posicionamento do governador acerca do modelo educacional paulista, haja vista que Carlos de Campos era filho de Bernardino de Campos, um dos colaboradores do legado da educação republicana (Vidal, Miguel, & Araujo, 2011). Esse texto também deixava implícita a relação de proximidade e de confiança entre Voss e Campos, o que talvez explicasse a entrada e a saída de Voss do cargo sempre relacionada com a entrada e saída de Campos do governo do Estado.

O fato é que a cada crítica publicada pelo grupo de Azevedo, seja no jornal *O Estado de S. Paulo*, ou em outro impresso, como é o caso do jornal *Diário Nacional* de 18 de outubro de 1927, que publicou com entusiasmo o fim da *Revista Escola*, os partidários de Voss faziam a contra-argumentação: ora com respostas mais brandas, ora com muita força, como é possível ver no trecho publicado no editorial da revista em fevereiro de 1926 (Revista Escolar, 1926b, p. 1).

Andam por ahi alguns zoilos a malsinar esta REVISTA, e parece-nos que assim procedem, por não terem podido ainda lobrigar-lhes o intuito méramente orientador na parte relativa ás suas lições praticas sobre diversas materias dos nossos programmas escolares. Todavia, força é confessar, si o estrabismo didactico de semelhantes criticomanos não lhes permite enxergar as coisas atraves da sua justa significação, nem por isso perdeu o grau da acuidade sufficiente para concorrer com o microscopio: como este, o seu olho critico descobre moleculas, particulas, átomos [...] mas, infelizmente, não reune o todo, não observa a harmonia do conjunto.

Tamborilando uns a sua aversão pelas referidas lições, trombeteando outros o seu menosprezo pelas mesmas, vão todos eles, unicamente e numa obcecação impulsiva, morbida, proclamando, o veredicto apurado no cenáculo que alcandoraram lá no Himalaia da sua sapiencia.

Sobre as críticas do perpetuamento do ensino a partir dos *bons modelos*, lugar que situam as seções ‘Lições de Coisa’ e ‘Lições Práticas’, por exemplo, a *RE* as rebateu em vários momentos¹⁵ de sua existência. No editorial de junho de 1925 (Revista Escolar, 1925c, p. 1), por exemplo, os editores dizem que,

¹⁵ Sobre a importância das seções ‘Lições de Coisas’ e ‘Lições Práticas’, a revista escreveu em diversos editoriais a necessidade dessas seções, sobretudo para os novos professores.

Esta REVISTA, destinada a tratar dos interesses geraes do ensino, vem se dedicando, com particular cuidado, á didatica quanto á sua applicação directa no meio escolar primario.

Assim, ás suas -LIÇÕES PRATICAS e LIÇÕES DE COISAS, ella tem procurado imprimir um caracter verdadeiramente pratico, de molde a produzirem ellas o maximo de proveito e utilidade ás crianças. Nem sempre, porém, cumpre reconhecê-las, taes lições tem attingido o escopo desejado; nem sempre tem sido desenvolvidas consoante todos os requisitos que lhes devem sêr inherentes. São tantas e tão delicadas as condições de ordem didatica a que ellas precisam subordinar-se; são tantas as observações de natureza pedagogica que nellas se enquadram, que, forçosamente, alguma coisa ha de escapar ao mais arguto espirito em materia de ensino.

Na descrição da fórmula material da revista, indica-se como a ‘caixa de utensílios’ foi adotada por seus editores, mantendo a tradição do modelo de leitura e de formação vigentes em publicações desse gênero, além de toda uma concepção de pedagogia que retomava a arquitetura da ‘pedagogia moderna’. Contudo, há deslocamentos discursivos adotados pelo impresso que acompanharam a renovação do debate educacional, sobretudo no que diz respeito às transformações operadas pelas ciências médicas e da higiene.

Nesse sentido, o discurso de grandiosidade da escola coaduna com os preceitos higiênicos defendidos pelo Instituto de Hygiene de São Paulo. Esses deslocamentos podem ser notados, por exemplo, no modo como as escolas públicas são fotografadas: sempre mostradas pelo editor em sua exuberância e grandiosidade, mas também como espaços exemplares do que estava prescrito no novo Código Sanitário (1924). Se esses enquadramentos da posição colossal dos edifícios corroboram a ‘pedagogia da arte de ensinar’ e o ‘primado de visibilidade’ — condição *sine qua non* das relação ensino-aprendizagem — também foram se transformando em modelos da ordem higiênica atrelada às políticas educacionais. As fotos na sequência exemplificam um pouco isso (as figuras 4, 5 e 6):

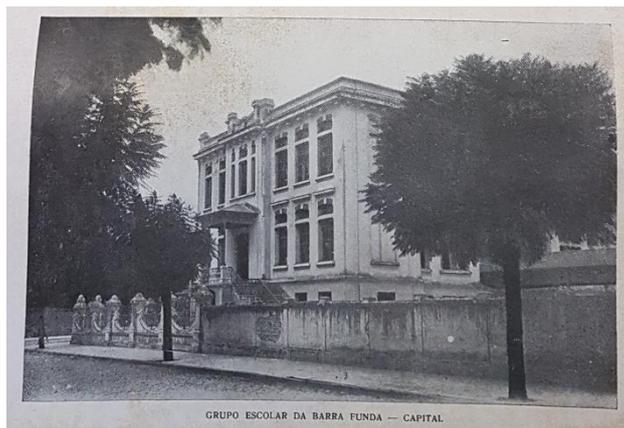


Figura 4 - Grupo Escolar da Barra Funda – Capital.
Fonte: Revista Escolar (1925e).



Figura 5 - Grupo Escolar “Conde de Parnaíba” em Jundiaí S. Paulo.
Fonte: Revista Escolar (1926e).



Figura 6 - Grupo Escolar do Carmo – Capital.
Fonte: Revista Escolar (1925d).

DESLOCAMENTOS E PONTOS DE CONVERGÊNCIA

Com Voss à frente da *Directoria*, pode-se dizer que a *RE* deu relevância às questões ligadas ao cuidado com o corpo. Isso pode ser percebido a partir do mapeamento das matérias publicadas durante os anos de sua existência. Ao considerar esses ‘cuidados’, é possível afirmar que a revista foi uma grande incentivadora da disseminação da higiene, discutindo, por exemplo, os problemas do alcoolismo, os riscos de comer com a mão suja, a importância do vestuário aseado, cuidados com as unhas e com o cabelo, etc.

A revista via a condição do povo como um problema fulcral e endossava a representação, anunciada numa conferência oferecida em um evento da Liga Nacionalista, do promotor da reforma de higiene, Paula Souza, sobre o assunto, qual seja: era preciso elevá-lo à condição de importância na tônica educacional. Esse posicionamento de Paula Souza a respeito de tratar as questões de saúde junto à educação encontrava eco no corpo editorial da revista, corroborando para a construção de um campo discursivo higiênico, pois, como pontua Marta Carvalho, “[...] firma-se, nos anos [19]20, a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação” (Carvalho, 2009, p. 305).

Esse discurso educacional incidia sobre a superação da teoria miasmática em função da teoria bacteriológica, posto que consagraria os estudos que comprovassem que a doença não era gerada por miasmas, mas por vírus, fungos e bactérias. Essa mudança de paradigma levou muitos intelectuais a se apropriarem dessa nova ideia, como fez Monteiro Lobato, com seu personagem Jeca-Tatu, que deixou de ser o signo da indolência da raça para ser a vítima, isto é, o homem doente e abandonado pelo Estado.

Se, na década dos anos de 1910, já era possível ver a preocupação com a temática da higiene, como ocorre com o primeiro Código Sanitário (1911)¹⁶ e com o curso promovido por Oscar Thompson aos diretores de escola, a nova abordagem da Reforma Paula Souza confere às práticas sanitárias e de higiene todo um novo arcabouço de significados. Assim, a discussão higiênica, aparentemente herdada dos tempos gloriosos da escola paulista, sobretudo quanto à insistência em relação aos hábitos dos escolares, se deslocava em direção às novas teorias científicas que deram base à reforma de Paula Souza. É o conteúdo da ruptura da nova teoria da higiene que a revista faz circular na década de 1920.

Na visão de Souza, a higiene na escola continuava sendo responsável por inculcar nas crianças hábitos saudáveis, afastando-as dos vícios da sociedade, por isso era necessário esclarecer aos professores como se perpetuavam as doenças e como se dava a transmissão no cotidiano da vida citadina e rural. Daí a importante parceria

¹⁶ Decreto nº 2.141, de 14 de novembro de 1911 e depois com o Decreto nº 2.918, de 9 de abril de 1918 que também versava sobre higiene.

com a *RE*, sobretudo na aposta de apresentar o tema de modo recorrente nas seções ‘Lições Práticas’ e ‘Lições de Coisas’.

Essas seções tomavam os cuidados com o corpo numa perspectiva imediatista, investindo nas prescrições práticas dos cuidados com a contaminação e com as doenças, como em relação aos cuidados com a roupa, com as unhas, com o trato com a casa, entre outros. Ademais, prescreviam a prevenção numa perspectiva de longo prazo, ou seja, a importância de comer bem, de evitar o álcool e o fumo, de praticar atividade física, de evitar a gordura e o sobrepeso. Por exemplo, na seção ‘Lições Práticas’ (Revista Escolar, 1926c), o mote central é a preservação dos alunos dos transmissores de doenças mais ordinárias das cidades:

Alumno. – Um medico do serviço sanitário foi, hontem, em casa para vêr si havia agua no tanque, ou agua estagnada em qualquer logar. Por que seria?

Professor. – Por causa dos mosquitos, dos pernilongos[...]

Professor, – O mosquito, como a mosca é primeiramente ovo; depois, larva; em seguida, casulo, e finalmente, inseto perfeito... O kerozene espalhado sobre a agua destróe os óvos. As larvas e os casulos, não podendo obter ar através da camada de óleo, morrem também. Os adultos não podem se approximar da superficie da agua para porem mais óvos, e si por ventura insistirem em ahi chegar morrem tambem.

Alumno. – Elles nos aborrecem cantando e mordendo, mas não são assim tão maus, são?

Professor. – Como não! O mosquito, como a mosca, é transmissor de germens de moléstias [...]

Professor, – Localidades havia onde a vida era quase impossível, devido á grande quantidade de mosquito e outros insectos nocivos. Depois que a Hygiene pôz mãos á obra saneando essas localidades, exterminando os perigosos insectos, ellas se tornaram perfeitamente habitaveis e desejáveis.

Nesse esquema de perguntas e respostas, localizado numa situação aparentemente corriqueira, a revista ensinava o professor a ensinar as novas teorias científicas sobre a transmissão de doenças, assim como sobre os hábitos saudáveis e a ordem e a disciplina que deveriam acompanhar a civilização. Como se vê, a *RE* adota uma forma material inscrita nas tradições das práticas de leitura que faziam parte da cultura da comunidade de professores primários da escola paulista.

No entanto, seus editores produziram sutis deslocamentos dos conteúdos e das matérias, especialmente, em relação aos novos preceitos higienistas que emergiram nas décadas de 1910 e 1920. Em outras palavras, os editores da revista usavam as

mesmas fórmulas editoriais da tradição do campo educacional paulista para introduzir os novos conteúdos das ciências médicas e higiênicas. A manutenção das velhas fórmulas editoriais, e mesmo dos conteúdos que diziam respeito às práticas de ensino, permitiu, de um lado, a aceitação do público para o qual o impresso era destinado, reafirmando as representações das funções do impresso no processo formativo do ofício de professor; mas, de outro, abriu um flanco para as críticas da nova geração de educadores, que, apesar de concordar com as abordagens higienistas, se opunha à ‘moderna pedagogia’ e às formas de ensinar a ensinar da lógica dos modelos de lição.

Essa ambiguidade entre a tradição e a renovação no campo da educação foi apagada pela memória da historiografia de matriz azevediana, que acabou estabelecendo a interpretação de que, tanto a Reforma Voss, quanto a *RE* foram um retrocesso no processo positivo de desenvolvimento da educação paulista. Essa nova geração reavaliou o passado e a tradição, insistindo em novos contornos para os saberes, práticas e significados do ofício docente, incidindo também sobre os sentidos do presente e do passado da comunidade imaginada dos professores primários e constituindo um novo horizonte de expectativas para essa comunidade.

Nesse campo de disputa, as ações da revista se configurariam ora na defensiva das críticas recebidas, ora no ataque aos que se posicionavam contra as tradições da escola paulista. Todavia, apesar do maniqueísmo do debate educacional, algumas questões instituíram as convergências, misturando as representações dos diferentes grupos: se havia clara discordância sobre os métodos de ensino derivados da moderna pedagogia e da psicologia da criança e, por isso mesmo, sobre as representações das práticas de leitura dos professores destinatários; havia consenso quanto ao uso dos impressos como estratégia singular de difusão da aliança entre higiene e educação: a escola deveria ser o lugar precípua de inculcação dos hábitos da ordem e da higiene. Desse modo, os críticos da revista apontavam para aquilo que achavam problema, em especial o modelo educacional herdado do início da República, mas não atacavam a posição que a revista tinha em relação à higiene ou à parceria com Paula Souza, diretor do Serviço Sanitário, ou com o Instituto de Higiene de São Paulo.

A hipótese desta investigação para explicar as críticas limitadas aos métodos educacionais que o grupo de intelectuais ‘nascidos com a República’ dirigia à revista e à reforma de Pedro Voss é a de que a articulação entre saúde e educação não estava em questão, considerando-se a importância que a higiene, nos anos 1920, passa a ter com a demonstração da teoria bacteriológica. Ainda, é importante lembrar que muitos dos que estavam direcionando críticas ao posicionamento de Pedro Voss eram médicos, como é o caso de alguns colaboradores do Inquérito de 1926. Dessa forma, a importância da higiene para a questão educacional era um consenso, sem sombra de dúvida; já os métodos educacionais, as representações da criança e mesmo do professor estavam em intensa disputa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com Pedro Voss à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública, a convite de Carlos de Campos, nasce a *RE*. Como Voss era um republicano convicto, ele fez das páginas da *RE* um local de defesa do modelo educacional paulista marcado pelas heranças das reformas Caetano de Campos/Gabriel Prestes. Essa herança se materializa nas seções ‘Lições de Coisas’ e ‘Lições Práticas’. Mas se materializa também no primado da visibilidade das escolas impressas nas fotografias das fachadas e das aulas práticas.

Foi esse modelo de leitura e de formação que alimentou intelectualmente os novos professores em salas de aulas espalhadas pelos rincões do estado (e talvez do país), expandindo o chamado modelo educacional paulista. Essa fórmula impressa da representação das práticas de leitura do destinatário justificou a forma como a revista se apresentou, ou seja, um cardápio de aulas, deixando as discussões ‘filosóficas’ em segundo plano.

Essa defesa da escola republicana e de seus preceitos pedagógicos (escola ativa segundo os preceitos da moderna pedagogia), sobretudo na forma como a revista apresentava-se ao público leitor, abriu espaço para que o grupo de oposição direcionasse muitas de suas críticas à Revista. Para esses intelectuais, que integraram o Inquérito de 1926, a forma como a Revista construía as suas propostas não dialogava com a necessidade real dos professores (mais modernos), pois ela defendia um professorado mais filosófico e crítico. Logo, a forma segundo a qual a Revista apresentava seu conteúdo, no formato de ‘perguntas’ e ‘respostas’, levaria o grupo de oposição, particularmente a figura de Lourenço Filho, a dizer que o professorado paulista não carecia de uma ‘pilhéria proposital ou obra de sabotagem’.

Outro ponto a que este estudo procurou dar foco foi a relação entre política e a educação. Nesse sentido, acredita-se que os ataques deferidos ao modelo educacional paulista, que aparecem nas páginas do periódico na forma de resposta também tinham como alvo o governo de Carlos de Campos, uma vez que esse seria, em todas as suas dimensões, fruto da república oligárquica e carcomida.

Embora uma historiografia mais próxima aos estudos de Fernando de Azevedo (Antunha, 1975; Nagle, 2009) tenha se preocupado em localizar esses personagens como antagonicos, este artigo procurou mostrar que havia certo consenso entre esses intelectuais no que diz respeito à função social da escola, isto é, disciplinar, ordenar e higienizar a infância paulista. Essa confluência de ideias, em certa medida, permite dizer que as relações entre esses intelectuais não se davam de maneiras tão antagonicas como a matriz azevediana fez pensar.

Dessa forma, o discurso higiênico, que na década de 1920 passaria a ser uma tônica importante na sociedade paulista, muito em função das novas bases da ciência e do alto número de mortes causado pela gripe espanhola de 1918, seria um ponto de

convergência entre esses pensadores; embora o grupo de oposição, no Inquérito de 1926, tenha colocado a Reforma de Pedro Voss na berlinda, ele defendeu a Reforma de Paula Souza, aprovada exatamente um mês depois, pelo mesmo governo. O que estava em disputa eram as representações sobre os modelos de alfabetização, sobre a psicologia das crianças/alunos, sobre as práticas dos professores e, especificamente, a respeito de suas práticas de leitura e de formação. Já a saúde era campo de consenso.

REFERÊNCIAS

- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Antunha, H. C. G. (1975). *A Instrução Pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação.
- Azevedo, F. (1937) *A educação pública em São Paulo, problemas e discussões: inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Bontempi Jr., B. (2007). O Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades (O Estado de São Paulo, 1914): fonte para o estudo do imaginário republicano. In *Anais do 24º Simpósio Nacional de História - ANPUH* (Vol. 1. p. 1-9). São Leopoldo, RS.
- Boto, C. (2018). António Nóvoa: uma vida para a educação. *Educação e Pesquisa*, 44, 1-15.
- Carvalho, M. (2003a). Reformas da Instrução Pública. In E. Lopes, L. M. Faria Filho, & C. G. Veiga (Orgs.), *500 anos de Educação no Brasil* (p. 225-251). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Carvalho, M., Barreira, L. C., & Nery, A. C. B. (2010). “Antonio Firmino de Proença na imprensa de educação e ensino”. In: M. P. G. Razzini (Org.), *Antonio Firmino de Proença: professor, formador, autor* (p. ?-?). São Paulo, SP: Porto de Ideias.

Carvalho, M., & Toledo, M. R. (2021). Fontes para estudo da cultura escolar: o caso da imprensa periódica educacional paulista e suas estratégias textuais de ordenamento da profissão docente (1823-1927). *Revista de Fontes*, 8(15).

Carvalho, M., & Toledo, M. R. (2007). Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In M. A. Taborda de Oliveira (Org.), *Cinco estudos em história e historiografia da educação* (v. 1, p. 89-110). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Carvalho, M. M. C. (2001). A caixa de utensílios, o tratado e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura de professores. In: D. G. Vidal, & M. L. Hilsdorf (Orgs.), *Tópicos de história da educação* (p. 137-167). São Paulo: Edusp.

Carvalho, M. M. C. (2003b). *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista, SP: Ed. da Universidade São Francisco.

Carvalho, M. M. C. (2006). “Livros e revistas para professores: configuração material do Impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos”. In M. M. C. Carvalho, & J. Pintassilgo (Orgs.), *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais* (p. 141-175). Lisboa, PT: Edições Colibri.

Carvalho, M. M. C. (2000). Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo em Perspectiva*, 14, 111-120.

Catani, D. B. (2003). *Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista do Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF.

Catani, D. B. (2000). Estudos de história da profissão docente. In E. Lopes, L. M. Faria Filho, & C. G. Veiga (Orgs.), *500 anos de Educação no Brasil* (p. 585-599). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Cordova, T. (2016). Redações, cartas e composições livres: o caderno escolar como objeto da cultura material da escola (Lages/SC - 1935). *História da Educação*, 20, 209-226.

Cruz, H. F. (2000). *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo, SP: Educ/FAPESP.

De Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano* (Vol. 1). Petrópolis, RJ: Vozes.

Decreto nº 3.876, de 11 de julho de 1925. (1925, 12 de julho). Reorganiza o serviço sanitário e repartições dependentes. *Diário Oficial*. p. 4929. Recuperado de: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3876-11.07.1925.html>

Decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925. (1925, 23 de junho). Reforma a Instrução Pública. *Diário Oficial*. p. 4569. Recuperado de: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3858-11.06.1925.html#:~:text=%2D%20As%20f%C3%A9rias%20de%20Inverno%20ser%C3%A3o,os%20estabelecimentos%20de%20ensino%20primario.>

Decreto nº 2.141, de 14 de novembro de 1911. (1911, 25 de novembro). Reorganiza o serviço sanitário do Estado. *Diário Oficial*. p. 4539. Recuperado de: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2141-14.11.1911.html>.

Decreto nº 2.918, de 9 abril de 1918. (1918, 10 de abril). Dá execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo. *Diário Oficial*. p. 2169. Recuperado de: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-2918-09.04.1918.html>.

Foucault, M. (1992). *O que é o autor?* Lisboa, PT: Vegas/Passagens.

Hansen, J. A. (2019). *O que é um livro?* São Paulo, SP: Ateliê Editorial.

Hilsdorf, M. L. S. (1998). “Lourenço Filho em Piracicaba”. In C. P. Sousa (Org.), *História da educação. processos, práticas, saberes* (p. 95-113). São Paulo, SP: Escrituras,

Lourenço Filho, M. B. (1926, 23 de junho). A Instrução Publica em São Paulo: ensino primário e normal, ainda a resposta do Sr. Lourenço Filho. *O Estado de S. Paulo*. p. 4.

Medeiros, V. A. (2005). *Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Nagle, J. (2009). *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.

Nery, A. C. B. (1993). *A revista escolar e o Movimento de Renovação em São Paulo* (Dissertação de Mestrado). UFSCar, São Carlos.

Nery, A. C. B. (2009). *A sociedade de educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo, SP: Ed. Unesp.

Nóvoa, A. (Org.). (1991). *Profissão professor*. Porto, PT: Porto Editora.

Razzini, M. P. G. (2006). A produção didática da Tipografia Siqueira: caminhos de pesquisa. In *Anais do 29º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (p. 1-11). São Paulo, SP.

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrução Pública. (1925a, janeiro). I(1).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1925b, novembro). I(11).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1925c, junho). I(6).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1925d, março). I(3).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1925e, abril). I(4).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1925f, dezembro). I(12).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1926a, agosto). II(20).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1926b, fevereiro). II(14).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1926c, janeiro). II(13).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1926d, dezembro). II(24).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1926e, novembro). II(23).

Revista Escolar - Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública. (1926f, julho). II(19).

Silva, R. P. A. (2019). A higiene na cidade de São Paulo: duas faces de uma mesma moeda. In E. C. Ricardo, E. M. Pataca, F. Ginzler, H. H. C. Onisaki, K. Tomizaki, L. J. Pino, ... V. A. A. Araújo (Orgs.), *Pesquisa em educação: diversidade e desafios* (22a ed., v. 1, p. 210-219). São Paulo, SP: FEUSP.

Silva, R. P. A. (2020). *As propostas educacionais de higienização veiculadas pela RE (1925-1927)* (Dissertação de mestrado). Unifesp, Guarulhos.

Sousa, C. P. (1998). Fragmentos de histórias de vida e de formação de professoras primárias paulistas: rupturas e acomodações. In C. P. Sousa. (Org.), *História da educação: processos, práticas, saberes* (1a ed., p. 27-42). São Paulo, SP: Escrituras.

Toledo, M. R. A. (2020). *Coleção atualidades pedagógicas: do político ao projeto editorial*. São Paulo, SP: Edusp.

Toledo, M. R. A. (2013). *Coleções autorais, traduções e circulação: ensaios sobre geografia cultural da edição (1930 – 1980)* (Tese de Livre Docência). Unifesp, São Paulo.

Vidal, D. G., Miguel, M. E. B., & Araujo, J. C. S. (Orgs.). (2011). *Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)*. Uberlândia, MG: EDUFU.

Vesentini, P., & Lugli, R. (2009). *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo, SP: Cortez Editora.

RODRIGO PEREIRA DOS ANJOS DA SILVA: Possui graduação e mestrado em História na Universidade Federal de São Paulo. Doutorando no programa de pós-graduação em História da Unicamp. É professor na educação básica do município de São Paulo. Tem atuado no tema de Eugenia, Higienização, História da educação paulista, Escola republicana.

E-mail: rodrigokarbono14@gmail.com.
<https://orcid.org/0000-0002-9619-4086>

MARIA RITA DE ALMEIDA TOLEDO: Formada em História pela Universidade São Paulo, fez mestrado e doutorado em História da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Livre Docência em História da Educação e Ensino de História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É Docente no Departamento de História da Unifesp e dirige o seu Centro de Memória e Pesquisa Histórica. Coordena, na Unifesp, o projeto “Práticas editoriais e geografia cultural do impresso: lugares de poder, estratégias de produção. materialidade dos impressos e modelos de leitura”.

E-mail: mra.toledo@unifesp.br.
<https://orcid.org/0000-0001-6391-3163>

Recebido em: 26.09.2022

Aprovado em: 25.04.2023

Publicado em: 30.06.2023

Editores-associados responsáveis:

Ana Clara Bortoleto Nery (UNESP)

E-mail: ana-clara.nery@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0001-6316-3243>

Andréa Cordeiro (UFPR)

E-mail: andreacordeiroufpr@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6963-5261>

Gizele de Souza (UFPR)

E-mail gizelesouza@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-6487-4300>

Marcus Levy Bencostta (UFPR)

E-mail: evelynorlando@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3387-7901>

Rodadas de avaliação:

R1: três convites; uma avaliação recebida.

R2: dois convites; uma avaliação recebida.

Como citar este artigo:

Silva, R. P. A., & Toledo, M. R. A. (2023). A Revista Escolar como espaço de disputa e legitimação do discurso: Convergência na divergência de ideias (1925-1927). *Revista Brasileira de História da Educação*, 23. DOI: <http://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e275>

FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 12/2022) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO: Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

